

**HABEAS CORPUS Nº 502.428 - RS (2019/0094974-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADOS** : REGIS AUGUSTO MARTINS XAVIER - RS031900  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : ELEMAR LEMES DOS SANTOS  
**PACIENTE** : ROSANGELA MACHADO

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em benefício de ELEMAR LEMES DOS SANTOS e ROSANGELA MACHADO, contra o v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**, no Recurso em Sentido Estrito n. 0286182-68.2018.8.21.7000.

Depreende-se dos autos que a Defesa das pacientes interpôs recurso em sentido estrito interposto contra decisão que revogou a suspensão condicional do processo. O eg. Tribunal de origem, contudo, negou provimento ao recurso, nos termos do v. acórdão assim ementado (fl. 184):

*"RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. DESCUMPRIMENTO DE CONDIÇÕES IMPOSTAS. REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO APÓS FINDO O PERÍODO DE PROVAS. POSSIBILIDADE. POSICIONAMENTO DO STJ. PRECEDENTES DA CÂMARA. RECURSO IMPROVIDO."*

Daí o presente **writ**, em que a Defensoria Pública, ora impetrante, reitera os argumentos apresentados na origem, no sentido de que é impossível a revogação da suspensão condicional do processo imposta aos pacientes após o término do período de prova e sem a sua anterior revogação.

Requer, ao final, o deferimento do pedido liminar para sanar o

constrangimento ilegal apontado na impetração.

É o breve relatório.

**Decido.**

A análise da questão excede os limites cognitivos do pedido liminar, pois demanda incursão no mérito do **writ** e possuiu natureza satisfativa, devendo ser realizada em momento oportuno, após a verificação mais detalhada dos dados constantes do processo.

O exame perfunctório, portanto, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não se configurando, **de plano**, flagrante ilegalidade a ensejar a concessão da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao Juízo de primeira instância, e ao eg. Tribunal de origem.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator